

ECONOMISTA DIZ QUE VENDA DA PETROBRAS PODE AJUDAR O PAÍS

ENTREVISTA

a Ricardo Leopoldo

Da equipe do **Correio**

Paulo Leme

“O controle de câmbio e reestruturação da dívida é o pior dos mundos: levaria o país para uma queda do PIB de no mínimo 6%, traria quebra da credibilidade do Brasil por vários anos e só pioraria a atual situação do Brasil”

Otávio Magalhães/AE 25-6-98

São Paulo — O resgate do crédito do governo junto à comunidade financeira internacional virá com a adoção urgente de um choque de credibilidade baseado em três frentes: uma delas é o controle do dinheiro em circulação, que controlaria a subida dos juros. As outras duas se baseiam em cortes adicionais nos gastos federais de R\$ 15 bilhões e uma arrecadação extra de US\$ 30 bilhões, obtida com a privatização da Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Essa é a receita de Paulo Leme, diretor do banco Goldman & Sachs, um dos economistas mais ouvidos pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. A seguir, trechos da entrevista:

Correio Braziliense — O que o governo precisa fazer para restaurar a credibilidade nos próximos três meses?

Paulo Leme — Atacar em três frentes simultâneas. A primeira delas é definir metas semanais para a base monetária, que é soma do dinheiro em circulação mais os depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central. O controle da base é fundamental para dominar a inflação numa determinada taxa, prefixada pelo Ministério da Fazenda como a mais adequada para a estabilização da economia.

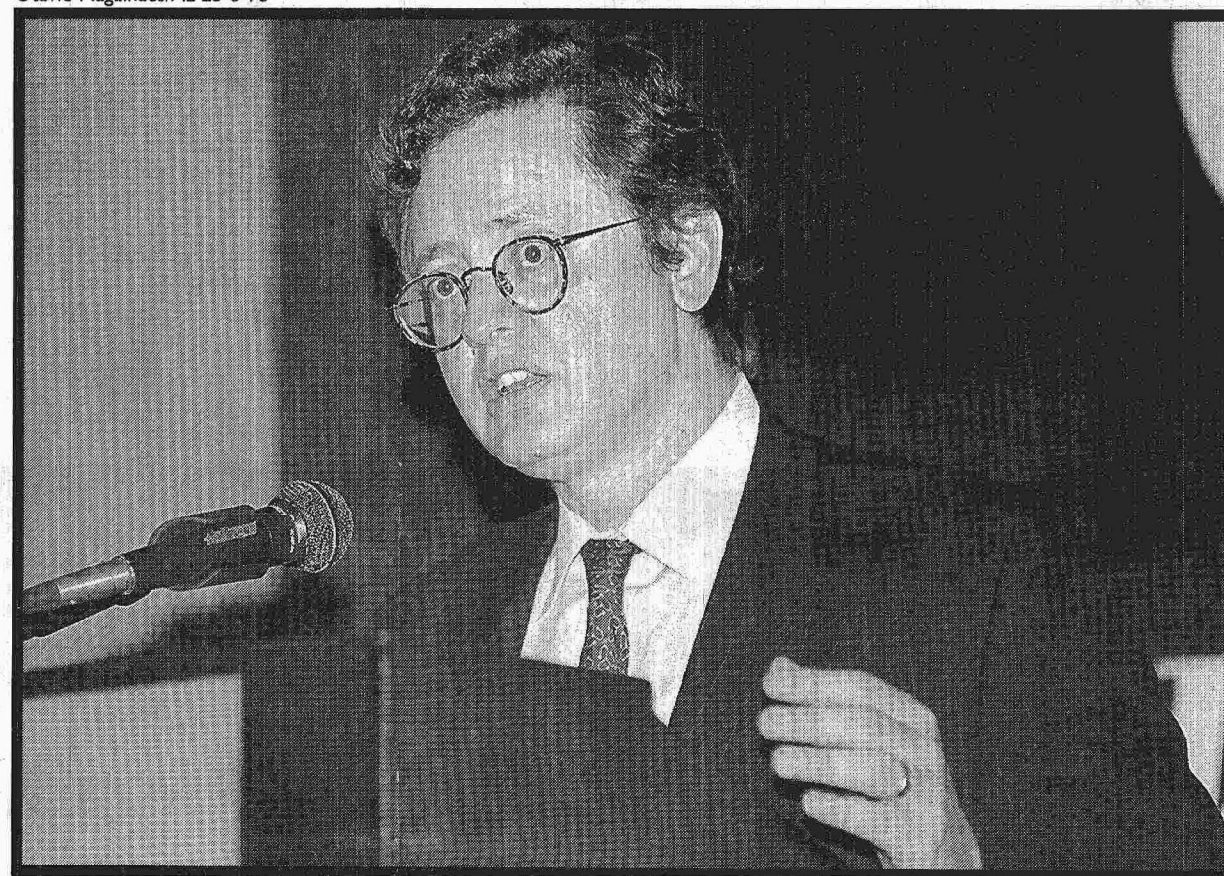
Correio — E quais são os outros dois focos?

Leme — Um é fiscal e o outro me-
xe com as privatizações. Aumentar o corte de despesas de R\$ 28 bilhões, 2,6% do Produto Interno Bru-

to (soma das riquezas produzidas pelo país em um ano) para 38,7 bilhões, ou 4,3% do PIB. Ele deverá ser obtido com redução das despesas de custeio, gastos com pessoal e cortes adicionais dos benefícios da Previdência Social. A terceira fonte é aumentar em US\$ 30 bilhões as privatizações. Nesse rol, coloco as três empresas intocáveis: Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Acredito que a alienação mais viável a curto prazo é da Petrobras. Não seria necessário que isso ocorresse já. Somente a entrada da empresa no Programa Nacional de Desestatização daria uma expectativa muito positiva à comunidade internacional de que o Brasil está interessado em atacar o crescimento da dívida pública em relação ao PIB. A meta do governo é manter este número em 47% do produto interno para 1999. Sem as três medidas adicionais que citei, a proporção da dívida interna com o produto interno saltará e atingirá 53,5%, o que é significativo.

Correio — O governo já está tendo dificuldades muito sérias para aprovar o pacote de R\$ 28 bilhões, anunciado pelo Programa de Ajuste Fiscal em outubro. O senhor acredita que há condições políticas para aprovar medidas adicionais, especialmente quando lideranças no Congresso querem uma boa queda dos juros para abril?

Leme — Acredito que seria inte-



Leme: só choque de credibilidade permitirá que o governo obtenha crédito junto à comunidade financeira internacional

ressante o debate sobre sugestões que visam ajudar o país a sair da crise. Na minha avaliação, o país tem três caminhos. O primeiro é composto pelas três frentes que sugeri, que acredito serem factíveis. O segundo, bem arriscado, é deixar o câmbio e inflação sem qualquer controle e aí pode acontecer qualquer coisa. O terceiro rumo é adotar o controle de capitais e a reestrutu-

ração da dívida interna (moratória). A proposta que defendo produzirá uma queda do crescimento para 1999 de 4%, mas criará condições muito boas para o país entrar numa rota segura de desenvolvimento a partir do último trimestre. Com essas últimas duas alternativas, o cenário fica muito mais incerto. A inflação pode aumentar bastante e o câmbio pode ficar bem elevado, o

que traria o risco da indexação da economia em dólar e de elevar o custo de vida. O controle de câmbio e reestruturação da dívida é o pior dos mundos: levaria o país para uma queda do PIB de no mínimo 6%, traria quebra da credibilidade do Brasil por vários anos e só pioraria a atual situação do país.

Correio — Com o controle da base monetária, o que

ocorreria com a economia nos três meses seguintes?

Leme — Num primeiro momento, provavelmente haveria uma forte subida dos juros, pois, em linhas gerais, o Banco Central determinaria a oferta de dinheiro disponível na economia. O BC estará determinando a quantidade de recursos em circulação. O mercado ficaria livre para estabelecer a taxa que quiser, mas terá que ser realista e não adianta jogar para cima em circunstâncias de liquidez muito restrita. Ao mesmo tempo, ao cumprir à risca toda semana a meta de base monetária, um número transparente, o governo quebraria expectativas negativas sobre o domínio da economia, o que também ajuda a jogar os juros para baixo. Assim, com quantidade bem controlada de reais, quem tem dólares estocados terá que vendê-los, pois precisará de moeda para honrar seus compromissos financeiros. Em três meses, a pouca oferta de reais, então, produzirá dois efeitos positivos que serão fundamentais para o controle da inflação: acaba com o exagero da cotação do câmbio e dos juros, que refletem a insegurança do mercado em relação à condução da economia.

Correio — Depois dos três meses, é possível imaginar qual será a taxa em que o câmbio ficará estável?

Leme — É possível crer em R\$ 1,58, uma apreciação nominal de 30%, mas que cai para 20% em reais, pois a inflação do ano poderá ficar próxima dos 10%.